



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Processo nº: **1000766-94.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **MARCELO EDUARDO GATTI BRUNO, CPF 156.170.318-48 e MÁVIA ALVES DIAS - Advogada Drª Camila Marques dos Santos,**  
 Requerido: **PHR ASSESSORIA E CERIMONIAL, CNPJ 22.913.108/0001-08 Advogado Dr. Júlio César de Souza – OAB nº 136.785, acompanhado da proprietária da empresa, Srª Edvânia Maria Batista**

Aos 05 de julho de 2017, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. Daniel Felipe Scherer Borborema**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seus advogados. Presentes também a testemunha dos autores, Srª Ana. Pelo defensor da requerida foi deferido o prazo de 05 dias corridos para juntada de procuração, o que foi deferido pelo MM Juiz de Direito. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. A ação procede em parte. O contrato de fls. 20/24 não prevê, de modo objetivo, a data em que os fornecedores relativos à cerimônia (buffet; salão; decoração; fotografia; filmagem) já deveriam estar contratados. Tendo em vista tal fato, o juiz deve examinar as circunstâncias provadas nos autos para extrair quem teve culpa pelos fatos. Pois bem. Examinada a prova, não se conclui que a ré estava mesmo suficientemente atrasada, na prestação de seus serviços, para que se possa reputar legítima a decisão dos autores de desistirem do contrato e, em julho.2016 (consoante depoimento da nova cerimonialista contratada, Ana Paula Hernandez Martinez Gomes), contratarem outro cerimonial. De fato, a ré instruiu sua contestação, às fls. 58/68 (conversas em que são mencionados agendamentos com fornecedores), fls. 77/82 (contrato de locação do salão), fls. 83/93 (conversas e contrato com o fotógrafo), com elementos que indicam a execução normal dos serviços. Não há qualquer contraprova. A testemunha ouvida nesta data apenas relata a percepção subjetiva dos autores, vez que o que soube sobre os fatos, soube por intermédio destes. Note-se que, pelo afirmado pela referida testemunha, ela própria, cerimonialista contratada depois, em julho, pelos autores, logrou êxito em contratar o mesmo fotógrafo, filmagem, salão e buffet que seriam contratados por intermédio da ré. Assim, a ré não estava atrasada. Só não conseguiu contratar a música e decoração inicialmente cogitados. Entretanto, sequer se pode afirmar que a não contratação destes decorre do fato de que a ré ter demorado, porque a ré estava executando seus serviços e houve uma repentina quebra de contrato, gerando um atraso inclusive por conta da contratação de nova cerimonial. Sendo assim, pela prova colhida, a ré tem o direito de que seja deduzida multa contratual. No presente caso, a multa prevista no contrato é de 50% do valor pago pelos autores. Considero excessiva a penalidade. Isto porque o contrato foi interrompido mais que 06 meses antes do casamento, ou seja, vários serviços que a ré prestaria, não veio a prestar. O montante da penalidade, nesses termos, é manifestamente excessivo, considerando a natureza e a finalidade do negócio, nos termos do art. 413 do Código Civil. Assim, a multa é reduzida pela metade, a 25% do valor do contrato. Deduzida a multa, a ré terá que devolver R\$ 2.850,00. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para rescindir o contrato e condenar a ré a pagar aos autores R\$ 2.850,00, com atualização monetária desde a propositura da ação e juros



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

moratórios de 1% ao mês desde a citação. *Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS.* E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Requerente:

Adv. Requerentes: Camila Marques dos Santos

Requerido:

Adv. Requerido: Júlio César de Souza

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A  
MARGEM DIREITA